

# A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O mercado internacional

## INTRODUÇÃO

**O** artigo procura analisar o cenário mundial em 2008 e relacioná-lo com a crise financeira internacional, avaliando os seus impactos e consequências no Brasil. Discute a relação entre os diferentes níveis de responsabilidade social e destaca a necessidade de as empresas compreenderem seus papéis econômico e social no contexto da realidade do mercado aberto. Finalmente, efetua a análise das práticas desenvolvidas nos âmbitos governamental e corporativo, sobretudo focando a realidade do fim dos empregos estruturais e a importância das micro e pequenas empresas. Para a redação deste artigo, foram consultadas fontes relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e a Federação das Indústrias

M. Dueñas



“É importante a responsabilidade social dos empresários para a preservação dos empregos, e o consequente desenvolvimento das regiões.”

do Estado de São Paulo (FIESP), além de entrevistas, por conveniência, com profissionais das áreas internacional e de responsabilidade social.

#### A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NUM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL

A realidade do mundo pós-global nos conduz a um quadro de certezas e incertezas, responsabilidades e indiferenças, que devem ser observadas para se entender as motivações das partes envolvidas. No segundo semestre de 2008, a economia internacional foi abalada pela crise, evidenciada, entre outros fatores, pela irresponsabilidade e má gestão de recursos financeiros. As economias internacionais, então, receberam de seus respectivos governos injeções de bilhões de recursos financeiros, objetivando apaziguar ou, pelo menos, reduzir os impactos oriundos dessa crise. Focou-se a importância da responsabilidade social dos empresários para a preservação dos empregos, e o consequente desenvolvimento das regiões. Porém, seria muito reducionista e socialista a ideia de preservar postos de trabalho em detrimento da possível queda no consumo de produtos e serviços. De certa forma, a responsabilidade social

das empresas reside, inicialmente, em dois níveis: o primeiro se refere ao compromisso do negócio em relação aos seus colaboradores internos e externos e o segundo ao meio onde a empresa está inserida.

No primeiro nível, está a dependência econômica por parte da força de trabalho contratada e as respectivas dependências, que incluem a família, outras empresas e entidades.

No segundo nível, está a relação da empresa com o governo, por meio da geração de impostos e a respectiva distribuição de recursos para a infraestrutura da sociedade, como educação e saúde. Destacando o pensamento cartesiano, as demissões psicológicas, advindas da crise e dos meios de comunicação, oportunismos, anorexia empresarial e da essência do capitalismo, a empresa pode, por vezes, fazer a seleção de seus colaboradores via *downsizing*, por exemplo, no sentido de obter os resultados necessários para preservar o maior contingente de colaboradores internos, redundando num menor prejuízo ao sistema onde ela está inserida. Deixa, então, a relação paternalista e ocorre a adequação adulta e profissional à crise. Mas só isso não é suficiente, pela própria realidade globalizada.

A humanidade já passou por diferentes crises, que geraram um aprendizado. Diferentemente da crise de 1929, os países hoje possuem diversos mecanismos de defesa e todos partem para a racionalidade voltada à reação envolvendo uma revisão do liberalismo e fortalecendo as fronteiras nacionais. O fortalecimento ocorre pela pseudoproteção dos mercados internos, de que um dos exemplos ▶

mais contemporâneos reside na cláusula *buy american*, que está inserida no pacote do presidente norte-americano Barack Obama, que embora seja o presidente eleito norte-americano que mais tenha tido relacionamentos com o mercado internacional (filho de africano, viveu no meio de muçulmanos e viveu na Indonésia, por exemplo), parece que se esqueceu de que parte da origem da crise está nos Estados Unidos. E a influência da economia norte-americana na crise de outros países é bastante relevante. Longe da desglobalização, termo cunhado pelo *premiê* Gordon Brown, o fortalecimento das fronteiras e da nacionalização para preservação de empregos e impostos induz a uma situação de aprofundamento da recessão mundial.

Com todo este cenário, será comum que as empresas tenham de rever para este e os próximos anos suas metas de crescimento e adequar suas estratégias de expansão. Porém, não será com a diminuição de investimentos que elas sobreviverão neste período de incertezas. Além da otimização de recursos produtivos e humanos, as empresas deverão se lançar no mercado com novas propostas de negócios, produtos e serviços. Tomemos como exemplo hipotético uma região isolada e em crescimento vegetativo, cujas únicas fontes de recursos sejam um lago cheio de peixes, a agricultura e a pecuária rudimentares. Muitos poderiam tentar dividir racionalmente a quantidade de água e de peixes do lago, o que levaria a um consumo controlado e, por vezes, finito. Outros poderiam entender

que existem técnicas reais que podem fazer com que as águas do rio produzam mais peixes e irriguem as terras, propiciando um cultivo maior e a ampliação da criação de animais. A água da chuva poderia ser armazenada, bem como talvez outros mananciais poderiam ser encontrados. Desta forma, a região poderia, dentro de um crescimento vegetativo controlado, obter ganhos de escala que iriam redundar na melhor qualidade de vida para a população.

Um outro exemplo, este real, na economia pós Segunda Guerra, produtores japoneses perceberam que onde plantavam arroz, geralmente em áreas inundadas, poderiam também criar peixes. Com os mesmos recursos, os japoneses obtiveram carboidrato e proteína, melhorando sua condição econômica e social. E talvez este seja um dos comportamentos que poderiam fazer com que as empresas, na atualidade, contribuíssem para a minimização dos efeitos da crise internacional. Adicionalmente, os governos poderiam desenvolver e investir em planos de expansão e infraestrutura – até em razão de que alguns ativos e recursos estão mais baratos –, gerando o aquecimento das economias internas – e esse seria um comportamento de responsabilidade social.

A responsabilidade social consiste na orientação da empresa no sentido de otimizar e maximizar seus negócios, de forma que promova consequências positivas sobre os seus *stakeholders* (clientes internos e externos, colaboradores, acionistas, comunidade em geral, fornecedores e o governo), e minimize os aspectos negativos. Segundo

Ferrel (2001, p.68), existem quatro tipos de responsabilidade social:

- **RESPONSABILIDADE LEGAL**, que consiste nas atividades que visam ao bem-estar social dentro do cumprimento de todas as leis e regulamentos governamentais;
- **RESPONSABILIDADE ÉTICA**, que consiste em atividades dentro de padrões de conduta aceitável;
- **RESPONSABILIDADE ECONÔMICA**, que implica no entendimento de que a empresa é uma entidade que possibilita seu desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, daqueles com que mantém relacionamentos; e
- **RESPONSABILIDADE FILANTRÓPICA**, que consiste em restituir à sociedade o que foi recebido. Dentro desta definição, muitos confundem filantropia com responsabilidade social. Campanhas de doação de alimentos são atividades relacionadas à filantropia, enquanto que a capacitação de novas microempresas por incubadoras (como, por exemplo, a de Guarulhos), reflete Responsabilidade Social, dentro de aspectos legais, éticos e econômicos.

Novas propostas, novos negócios, novas formas de pensar que conduzem a uma realidade sustentada de crescimento e evolução, garantindo a continuidade dos negócios e contribuindo na sustentabilidade da comunidade: é neste sentido que reside a verdadeira responsabilidade social empresarial. A seguir, uma discussão sobre a realidade do fim dos empregos estruturais e a relevância econômica e social das microempresas.

## O FIM DOS EMPREGOS, A CRISE MUNDIAL E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Jeremy Rifkin apresenta em seu livro *O fim dos empregos*, publicado na década passada, uma visão preocupante sobre o futuro do mundo. Argumenta que o mundo está entrando em uma nova fase na história não tão brilhante quanto pregavam Alvin Toffler, em *A terceira onda*, e Marshall Mc Luhan, na sua *Aldeia global* – embora fossem seus contemporâneos. Segundo o autor, esta nova fase é o resultado do surgimento de novas tecnologias relacionadas ao processamento de dados, à robótica, às telecomunicações, em conjunto com a abertura dos mercados internacionais. A necessidade de as empresas se expandirem, com a oferta de produtos e serviços cada vez mais competitivos, tem forçado a busca de novas formas de otimização de recursos. Afirma que a automatização e a informatização, decorrentes do uso cada vez maior de máquinas e computadores, oferecem ganhos de escala e de produtividade, além da inegável redução de custos e despesas, que, em princípio, oferece a falsa ideia de que mais pessoas poderão entrar no mercado de consumo e adquirir bens, e de que haverá a preponderância de mão de obra mais operacional, em detrimento da especializada. O grande problema é que boa parte da população mundial não tem flexibilidade, agilidade e recursos suficientes para se adaptar às possíveis mudanças e transformações tecnológicas e econômicas que assolam o mundo, o que incrementa as diferenças entre as nações menos favorecidas e, ao mesmo tempo, propicia o acentuar da pobreza e da miséria em alguns casos.

A cada inovação, as empresas conseguem um aumento de produtividade, porém têm colocado à margem do trabalho milhares de operários cujas funções não são mais necessárias frente às novas realidades de mercado. Constroem, assim, a base de atividades informais. Aqueles que permanecem nos empregos, no entanto, se sentem compelidos a trabalhar cada vez mais, por salários cada vez menores. As empresas que se autodenominam competitivas têm optado por trabalhar com uma folha de pagamento cada vez menor, obrigando os trabalhadores a produzirem cada vez mais. É o chamado desemprego estrutural.

A solução proposta pelo autor para contra-atacar os impactos criados pela tecnologia está nas mãos dos governos. Implica na criação de um maior apoio para o chamado Terceiro Setor ou Setor Social, no qual, diferentemente dos setores comerciais, as mudanças de ganhos e perdas são menos importantes, e o que importa, no fim, é o aspecto social. Mostra, como exemplo, o fato de que, nos Estados Unidos, na década passada, um milhão e quatrocentas mil organizações

sem fins lucrativos contribuíram com aproximadamente 6% da economia e foram responsáveis por 9% do nível de emprego total. O aspecto sombrio do autor se reflete nos números que apresenta como fatos e previsões, sendo 2020, para ele, o ano em que virtualmente se esgotarão as possibilidades de emprego estrutural. Temos, portanto, onze anos para nos preparar para um mundo que se automatizou aproveitando a mão de obra humana, ou para, literalmente, chegarmos ao fim dos empregos estruturais.

Curiosamente, segmentos que procuraram maior produtividade por meio da mecanização e da informatização – indústria automobilística, siderúrgica e de mineração – estão sendo também afetados, além da área de serviços financeiros e imobiliários. Presenciamos, neste final da primeira década deste século, a continuidade do declínio no nível de empregos formais e uma redução do poder aquisitivo da população mundial. Anteriormente, alguns produtos eram inacessíveis a alguns consumidores; atualmente, estão nas prateleiras a preços muito acessíveis, mas a questão é: se as pes-

► **A automatização e a informatização, decorrentes do uso cada vez maior de máquinas e computadores, oferecem ganhos de escala e de produtividade, além da inegável redução de custos e despesas.**





Diego Singh

▲ Tomando como exemplo a castanha do Pará, prevalece a utilização de mão de obra manual em detrimento da industrialização, o que resulta em concentração da renda e aumento da pobreza.

soas estão desempregadas, qual seria o preço justo a se pagar por um produto?

Não poderiam as micro e pequenas empresas comportarem algumas respostas para questões tão intrincadas?

É bastante clara a importância das micro e pequenas empresas dentro da economia regional, federal ou mesmo internacional. Entretanto, são bastante divergentes as políticas e razões pelas quais incentivos são oferecidos à manutenção das micro e pequenas empresas e não necessariamente ao desenvolvimento e crescimento dessa categoria corporativa. Tomemos como exemplo o Estado do Pará, famoso pela sua castanha. Boa parte da produção desse bem se origina do trabalho manual, com evidência de forte mão de obra extrativista e intensiva. Famílias pobres colhem e quebram manualmente, com seus martelinhos, as castanhas que são adquiridas por atravessadores e, posteriormente, industrializadas e comercializadas. A necessidade de industrialização é evidente, porém não existem recursos

e insumos governamentais necessários para equilibrar trabalho e mão de obra local. Consequentemente, prevalece a utilização de mão de obra manual em detrimento da industrialização, o que resulta em concentração da renda e aumento da pobreza.

Na verdade, desde a década de 1980, o Brasil tem incentivado a abertura de pequenos negócios, tendo como justificativa a base e necessidade filosófica empreendedora de futuros empresários. Entretanto, em muitos casos, o incentivo à abertura de micro e pequenas empresas tem sido feito, sobretudo, para atenuar os possíveis impactos da falta de estrutura e planejamento – os quais possibilitariam ao país o seu pleno desenvolvimento sustentado. A pequena renda das micro e pequenas empresas acaba por redistribuir o ônus da falta de programas que realmente possibilitariam a melhora dos números da economia. Tomemos por base o comércio exterior brasileiro. Segundo dados oficiais da Balança Comercial Brasileira, de 2008, publicados pelo Ministério do

Desenvolvimento e Comércio (MDIC), estavam cadastradas 20.408 mil empresas exportadoras, das quais 50,6% eram de micro e pequeno porte, porém representavam 1,9% de todas as exportações brasileiras no período, em detrimento das grandes empresas, que representavam 21,9% e um volume de exportações na ordem de 91,9%. Os dados são totalmente excludentes, se comparados à realidade e desempenho das micro e pequenas empresas na Europa, onde têm uma participação sólida no cenário internacional, e também pela relação dos consórcios de exportação.

Voltemos ao caso da castanha do Pará, desta vez sobre outra ótica. O município de Xapuri, Acre, exportará para Milão, Itália, o primeiro lote de castanha orgânica, certificada para a Cooperativa Chico Mendes. Segundo dados da Cooperativa, foi exportado, em dezembro, o primeiro contêiner com vinte toneladas para abastecer grandes indústrias europeias. A operação, seguindo os preceitos do ativista Chico Mendes, é uma extensão da política de produtos socialmente corretos com a garantia de trabalho justo. Neste caso, foi efetuado o cadastro e fornecido apoio às dezenas de famílias carentes da região, além da capacitação técnica relacionada à extração e ao manuseio do produto. É a iniciativa “privada” (sic) atuando em um contexto de desenvolvimento econômico e social sustentado.

Os dados apontam que parte da crise internacional afetou também, de forma pontual, as micro e pequenas empresas, nos processos produtivos, mas não, necessariamente, naqueles com maior valor agregado. Constatase, assim, que o faturamento das micro

e pequenas empresas tem diminuído sistematicamente no Brasil, desde janeiro deste ano de 2009, levando-se em consideração seu desempenho em 2008. Os índices oficiais apontaram, por exemplo, para uma queda de 14,4% em fevereiro nas empresas paulistas, segundo a Fundação Seade e o Sebrae. O setor mais afetado foi o industrial, seguido por comércio e serviços. Diante desse quadro, São Paulo, o polo de excelência em serviços, tem estudado a adoção de várias ações regionais, como a facilitação ao microcrédito pelo Banco do Povo, bem como outras medidas por meio das Secretarias de Emprego e Relações do Trabalho e Fazenda.

Em tempos de crise internacional, as economias devem, portanto, ter uma política industrial dentro de um planejamento estratégico, que conduza ao crescimento e desenvolvimento econômico e social. Entre as diferentes estratégias a serem adotadas, podem ser citadas aquelas relacionadas às oportunidades para os empreendedores, dentro das possibilidades de seus recursos escassos. Como resultado, pode-se obter a inovação e renovação periódica de empresas e negócios, oportunidades e novas propostas sociais. E é nesse contexto que se inserem as micro e pequenas empresas que, em uma realidade planejada, podem conduzir ao desenvolvimento. Entretanto, em muitas ocasiões, em virtude de falta de capacidade de gestão e geração de recursos, opta-se pelo discurso vazio, no qual são evidenciados os aspectos motivacionais dos empreendedores ou mesmo políticas, sem a devida sustentação prática e realista. Prova desta afirmação é que o grande volume de empresas de micro e pequeno porte que exporta e

sua ínfima participação na pauta de exportações brasileiras se mantém há décadas. As micro e pequenas empresas deveriam ser, num conceito de sustentabilidade, foco de oportunidades, integração e interação regional, que poderiam se constituir num mecanismo de estratégia econômica e, por vezes, de renovação periódica de oportunidades de negócios e talentos.

## CONCLUSÕES

A crise internacional proporcionará o enfraquecimento dos países mais ricos em relação aos emergentes, em geral. Prova disso é o próprio desempenho negativo das montadoras norte-americanas, bem como o anúncio do déficit da Toyota, ícone da indústria automobilística japonesa, no final de 2008. Na contramão, alguns países emergentes, como o Brasil, terão possibilidades de crescimento.

A crise financeira mundial é mais uma oportunidade de repensar os modelos econômicos, sem que haja a dilapidação de recursos naturais. As práticas que visam à sustentabilidade do planeta, geralmente, miram o desenvolvimento industrial, visto como seu grande vilão. E, infelizmente, como pretexto para não se prejudicar ainda mais a indústria no contexto da crise global, a sustentabilidade tem sido assunto deixado para depois.

Tivemos, em 2008, a possibilidade de retomar Bretton Woods e construir uma nova arquitetura econômica e financeira no sentido de assegurar a continuidade de expansão do comércio internacional. Mas existem diferentes alternativas para minimizar os impactos da crise internacional,

seja por intermédio do governo em projetos de infraestrutura, seja por meio das empresas, no sentido de obter soluções duradouras e eficazes para aumentar o volume de trabalho e, conseqüentemente, a manutenção de postos de trabalho da empresa e *stakeholders*.

Grande parte dos executivos consultados compreende a importância de programas dentro da ótica da responsabilidade social; entretanto, infelizmente a mesma parcela entende que, por vezes, manter as atividades de responsabilidade social envolve custos e regulações onerosas ou mesmo de caráter duvidoso. Em muitos casos, opta-se por programas relacionados à filantropia e não, necessariamente, às práticas sustentáveis.

Este artigo procurou analisar o contexto da crise internacional e discutir possibilidades que visam à minimização dos efeitos da crise, bem como a recuperação do quadro econômico e social.



## BIBLIOGRAFIA

**FERREL, O. C.** *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso, 2001.

**KUAZAQUI, Edmir.** *Marketing internacional: desenvolvendo conhecimentos e competências em cenários globais*. São Paulo: M. Books, 2007.

**RIFKIN, Jeremy.** *O fim dos empregos*. São Paulo: M. Books, 2004.



### EDMIR KUAZAQUI

Doutor e mestre em Administração (linhas de pesquisa: Marketing, Recursos Humanos e Comércio Exterior). Pós-graduado em Marketing e professor da ESPM. Autor de livros, consultor e presidente da Academia de Talentos.